

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
ARIANA BATISTA DA SILVA
(ORGANIZADORES)

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES

4

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
ARIANA BATISTA DA SILVA
(ORGANIZADORES)

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES

4

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora



Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A educação enquanto fenômeno social: avanços, limites e contradições 4

Diagramação: Camila Alves de Cremo

Correção: Flávia Roberta Barão

Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga

Revisão: Os autores

Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Ariana Batista da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: avanços, limites e contradições 4 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ariana Batista da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0156-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.568222604>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Silva, Ariana Batista da (Organizadora). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Neste livro, intitulado de **“Educação enquanto Fenômeno Social: avanços, limites e contradições”**, reúnem-se estudos dos mais diversos campos do conhecimento, que se complementam e articulam, constituindo-se enquanto discussões que buscam respostas e ampliado olhar acerca dos diversos problemas que circundam o processo educacional na contemporaneidade, ainda em um cenário de desafios demandados pela Pandemia.

Sabemos que o período pandêmico, como asseverou Cara (2020), escancarou e asseverou desigualdades. Nesse movimento de retomada do processo de ensino e aprendizagem presencial, pelas redes de ensino, o papel de “agente social” desempenhado ao longo do tempo pela Educação passa a ser primordial para o entendimento e enfrentamentos dessa nova realidade, vivenciada na atualidade. Dessa forma, não se pode resumir a função da Educação apenas a transmissão dos “conhecimentos estruturados e acumulados no tempo”. Para além do “ler e escrever, interpretar, contar e ter noção de grandeza” é papel desta, assim como, da escola, enquanto instituição, atentar-se as inquietudes e desafios postos a sociedade, mediante as incontáveis mudanças sociais e culturais (GATTI, 2016, p. 37).

Diante disso, a Educação se consolida como parte importante das sociedades, ao tempo que o “ato de ensinar”, constitui-se num processo de contínuo aperfeiçoamento e transformações, além de ser espaço de resistência, de um contínuo movimento de indignação e esperançar, como sinalizou Freire (2018). No atual contexto educacional, a Educação assume esse lugar “central”, ao transformar-se na mais importante ferramenta para a formação crítica e humana das pessoas, como lugar real de possibilidade de transformação da sociedade.

Destarte, os artigos que compõem essa obra são oriundos das vivências dos autores(as), estudantes, professores(as), pesquisadores(as), especialistas, mestres(as) e/ou doutores(as), e que ao longo de suas práticas pedagógicas, num olhar atento para as problemáticas observadas no contexto educacional, buscam apontar caminhos, possibilidades e/ou soluções para esses entraves. Partindo do aqui exposto, desejamos a todos e a todas uma boa, provocativa e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva
Ariana Batista da Silva

REFERÊNCIAS

CARA, Daniel. **Palestra online promovida pela Universidade Federal da Bahia, na mesa de abertura intitulada “Educação: desafios do nosso tempo” do evento Congresso Virtual UFBA 2020**. Disponível em: link: <https://www.youtube.com/watch?v=6w0vELx0EvE>. Acesso em abril 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GATTI, B. A. Questões: professores, escolas e contemporaneidade. In: Marli André (org.). **Práticas Inovadoras na Formação de Professores**. 1ed. Campinas, SP: Papyrus, 2016, p. 35-48.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

LA VIRTUALIDAD SALVÓ LA REALIDAD: EXPERIENCIA DE ESTUDIANTES DURANTE LA PANDEMIA

Gabriela Fernández Saavedra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5682226041>

CAPÍTULO 2..... 8

UMA ANÁLISE SOBRE A EVASÃO E PERMANÊNCIA DO ALUNO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -EJA NA EMEF. “DOM CLEMENTE GEIGER” –ALTAMIRA/PÁ, (2011- 2021)

Ronaldo dos Santos Leonel

Joab Marques da Costa

Antonio dos Santos Leonel

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5682226042>

CAPÍTULO 3..... 20

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA DE UMA ABORDAGEM PARA ALÉM DA CRÍTICA

Kele Cardoso da Silva

Camila Brüning

Carolina de Souza Walger

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5682226043>

CAPÍTULO 4..... 39

A ESCOLA COLOCA EM RISCO A UNIDADE INTEIRA: DILEMAS E CONFLITOS NA GESTÃO DO PROCESSO SOCIOEDUCATIVO

Roseanna de Andrade Moura Silva

Nalayne Mendonça Pinto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5682226044>

CAPÍTULO 5..... 54

INTEGRAÇÃO, TEORIA E PRÁTICA EM UM ESTÁGIO PROFISSIONALIZANTE DE TERAPIA OCUPACIONAL

Roberta de Oliveira Corrêa

Ana Cláudia Martins e Martins

Ester Miranda da Silva

Renato da Costa Teixeira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5682226045>

CAPÍTULO 6..... 64

DIÁLOGOS SOBRE SEXUALIDADE NA ADOLESCENCIA COM ALUNOS DO 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Audete Simão de Souza

Jean Carlos Matos de Sousa

Ihorranny da Silva Conrado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5682226046>

CAPÍTULO 7..... 76

O DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DE LICENCIATURA EM QUÍMICA, DA UFMT, CAMPUS CUIABÁ, NO CURSO E NO ENADE, E A REFLEXÃO SOBRE QUALIDADE

Leandro Elias dos Santos

Marta Maria Pontin Darsie

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5682226047>

CAPÍTULO 8..... 86

MODOS DE PERTURBAR O ESTATUTO DOS SABERES NA LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS

Carmen Lúcia Capra

Daniel Bruno Momoli

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5682226048>

CAPÍTULO 9..... 98

GESTÃO ESCOLAR: PROCESSO DE ESCOLHA DE UM GESTOR

Ednalva Tavares de Mendonça Telinhos Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5682226049>

CAPÍTULO 10..... 108

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Sandra Lia de Oliveira Neves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56822260410>

CAPÍTULO 11..... 120

DINÂMICAS DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFBA

Graziela Silva Ferreira

Ana Rita Silva Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56822260411>

CAPÍTULO 12..... 128

REPRESENTACIONES CONFLICTIVAS: OPERANDO NÚMEROS DECIMALES

Carlos A. LópezLeiva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56822260412>

CAPÍTULO 13..... 140

O FORTALECIMENTO DO PAPEL DO COORDENADOR ESCOLAR POR MEIO DAS FORMAÇÕES REGIONAIS COLABORATIVAS NA CREDE 08

José Alves da Silva

Lucia Kelly Souza Menezes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56822260413>

CAPÍTULO 14	146
A MATEMÁTICA DO VESTUÁRIO	
Girleide Maria da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.56822260414	
CAPÍTULO 15	166
REPENSANDO O DISCURSO EMPREENDEDOR NA ESCOLA: A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POSSIBILIDADE FRENTE À OFENSIVA NEOLIBERAL “EMPREENDEDORA”	
José Raimundo Oliveira Lima	
Lucas Cauã de Souza Mota	
Neusa Núbria Carvalho da Silva	
Verônica Ramos da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.56822260415	
CAPÍTULO 16	179
ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO NA EDUCAÇÃO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	
Vilma Aparecida Bianchi	
Rita Melissa Lepre	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.56822260416	
CAPÍTULO 17	187
CONTOS, MITOS E LENDAS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	
Edméia da Conceição de Faria Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.56822260417	
CAPÍTULO 18	203
¿QUÉ COMPARAR CUANDO SE COMPARAN LAS DESIGUALDADES EN LOS SISTEMAS EDUCATIVOS? MÁS ALLÁ DE LAS DESIGUALDADES ESCOLARES, LA REPRODUCCIÓN SOCIAL	
Silvia Verónica Valdivia Yábar	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.56822260418	
CAPÍTULO 19	211
PROJETO TÁ LIMPEZA: UMA INICIATIVA SUSTENTÁVEL EM FAVOR DOS AMBIENTES COSTEIROS	
Yago Victor Taurino Vilarim	
Ana Carolina da Silva Marques	
Maria Clara Lemoine Soares Paes	
Maria Raissa Coelho Marchetti Trindade	
Mariane Gomes Barboza	
Mário Henrique da Silva Soares	
Túlio Seabra Camelo	
Welemberto Fernando dos Santos Lima	
Wilka Vitória Granjeiro do Nascimento	

Yasmim Gomes Alves de Brito
Paulo Guilherme Vasconcelos de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56822260419>

SOBRE OS ORGANIZADORES	218
ÍNDICE REMISSIVO.....	219

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Data de aceite: 01/04/2022

Data de submissão: 20/02/2022

Sandra Lia de Oliveira Neves

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF,
Programa de Pós-Graduação em Educação
Juiz de Fora – MG
<https://orcid.org/0000-0001-5687-694X>

RESUMO: O sonho republicano de colocar o Brasil entre as nações civilizadas, de promover o desenvolvimento econômico e social e construir uma nação pautada na igualdade entre os homens, não se concretizou com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889. A Primeira República no Brasil foi marcada por ser um período de muitas revoltas e inquietações, apesar da chegada do desenvolvimento industrial, a República Velha foi predominantemente rural e os diversos conflitos dessa época influenciaram nas transformações sociais, políticas e educacionais. O presente trabalho tem por objetivo fazer uma breve reflexão sobre as transformações ocorridas na Primeira República e sobre como essas mudanças influenciaram na reestruturação da educação no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: República. Sociedade. Educação.

EDUCATION AND SOCIETY IN THE FIRST REPUBLIC

ABSTRACT: The republican dream of placing

Brazil among civilized nations, of promoting economic and social development and building a nation based on equality among men did not come true with the Proclamation of the Republic on November 15th, 1889. The First Republic in Brazil was marked by being a period of many upheavals and concerns, despite the arrival of industrial development, the Old Republic was predominantly rural and the various conflicts of that time influenced the social, political and educational transformations. This paper aims to reflect briefly on the transformations that took place in the First Republic and how these changes influenced the restructuring of education in Brazil.

KEYWORDS: Republic. Society. Education.

1 | INTRODUÇÃO

A desigualdade está presente desde os mais remotos tempos, dentro da sociedade humana. Sua presença é bem demarcada na relação de poder entre aquele que domina e aquele que é dominado. É através das relações sociais que o poder age e impõe sua vontade sobre o outro, edificando as desigualdades entre os seres humanos. Rousseau (1754) aponta para dois tipos de desigualdade: uma na qual ele denomina desigualdade natural ou física, que consiste nas diferenças biológicas dos seres humanos, como a idade, a saúde e as diferenças na natureza da alma humana; e a desigualdade moral ou política, que é caracterizada pelos privilégios de alguns em

detrimento de outros. A desigualdade moral está pautada nas convenções sociais, criadas pelos homens e, portanto, ela exerce sua hegemonia com o consentimento dos próprios homens.

Saviani (2021, p. 32), ao discorrer sobre o homem livre, faz referência à transição do sistema feudal para o modo capitalista e a ascensão da classe burguesa, no Brasil, nos primeiros tempos republicanos, e chama atenção para o fato de que “a dominação da nobreza e do clero era uma dominação não natural, não essencial, mas social e acidental, portanto, histórica.” Sendo as desigualdades algo criado pelo próprio homem, pela sociedade constituída por esse homem, Saviani ressalta a criação de uma sociedade contratual para manutenção dos privilégios da elite:

As desigualdades (vejam o *Discurso sobre a Origem da Desigualdade entre os homens*) são geradas pela sociedade. Esse raciocínio não significa outra coisa senão colocar diante da nobreza e do clero a ideia de que as diferenças, os privilégios de que eles usufruíram, não eram naturais e muito menos divinos, mas eram sociais. E enquanto diferenças sociais configuravam injustiças; enquanto injustiça, não poderiam continuar existindo. Logo, aquela sociedade fundada em senhores e servos não poderia persistir. Ela teria que ser substituída por uma sociedade igualitária. É nesse sentido, então, que a burguesia vai reformar a sociedade, substituindo uma sociedade com base num suposto direito natural por uma sociedade contratual.

Vejam como é que se tece esse raciocínio. Os homens são essencialmente livres; essa liberdade funda-se na igualdade natural, ou melhor, essencial dos homens, e se eles são livres, então podem dispor de sua liberdade, e na relação com os outros homens, mediante contrato, fazer ou não concessões. (SAVIANI, 2021, p. 32 – 33).

Tendo a cultura humana como uma construção em torno das desigualdades entre os homens, é inevitável que o sistema educacional, fruto das ações humanas, não esteja fora desse contexto de desigualdade. A escola é uma organização social que ensina determinados saberes que tendem a modificar a identidade do aluno, influenciando na formação do seu caráter e aplicando um processo de aprendizagem formal. Saviani (2021, p. 33) destaca que será sobre “a base da igualdade que vai se estruturar a pedagogia da essência e, assim que a burguesia se torna classe dominante, ela vai, a partir de meados do séc. XIX, estruturar os sistemas nacionais de ensino e vai advogar a escolarização para todos.”

Os liberais republicanos pautados em uma ideologia positivista, foram idealizadores do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e conseguiram promover mudanças significativas na educação brasileira.

2 | A EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: UMA TRAMA DE INTERESSES POLÍTICOS E SOCIAIS

No dia 15 de novembro de 1889, é proclamada a República no Brasil e, com ela,

nasce o ideal de construção de uma nação igualitária e inclusiva, onde todos teriam o direito ao exercício da cidadania e, assim, o país caminharia para o progresso, sendo inserido no mundo “civilizado”, tendo a França como modelo civilizatório. Acreditava-se que seria por meio da educação que as portas para a cidadania se abririam, e a inclusão social seria conquistada.

A euforia desse momento histórico foi divulgada por vários jornais da época como o jornal *Gazeta da Tarde*, em seu exemplar de número 310, sob o título *O Futuro do Brasil*, externando o fim da monarquia e o início do regime republicano, dando viva ao Brasil, à democracia e à liberdade. O mesmo também pode ser verificado no Jornal *A Província de São Paulo*, de 15 de novembro de 1889, que, ao falar sobre a República, exalta a satisfação da nação com as frases: “Viva a nação Brasileira”, “Viva a Republica”, “Viva o Exército”.

Entretanto, no decorrer dos acontecimentos na Primeira República, outra realidade aflora no seio da nova sociedade que nasce com a República. Novas formas de segregação surgem em nome do progresso. A exclusão social se faz necessária aos olhos da sociedade burguesa e da administração pública do séc. XIX, como requisito para promover a modernidade e garantir o ingresso do país no mundo civilizado. Assim, a tradição ganha espaço nos empreendimentos de modernização do país.

Dessa maneira, no Brasil, o conceito de modernização combinou-se com o de tradição. Se, de um lado, os engenheiros converteram-se em símbolos máximos de modernidade, de outro, práticas rituais legadas dos tempos da escravidão insistiam em dividir os mesmos espaços dessa urbanidade recém-inaugurada. (SCHWARCZ, 2012, p. 22)

Segundo SCHWARCZ (2012), com a abolição da escravidão e queda da monarquia, o povo brasileiro passou a viver o sentimento de liberdade e igualdade, porém, na medida em que se erguia a nova sociedade burguesa, no coração dos grandes centros urbanos modernos, a grande massa da população, composta em sua maioria por negros, índios e imigrantes, foi vítima de um jogo de poder que os excluía do “processo de modernidade” do país.

Colocados às margens da modernização, vivendo o sentimento de exclusão social e tendo péssimas condições de vida, essa grande parcela da população, desacreditada do ideário republicano, passa a expressar sua revolta com o novo regime administrativo do país. Segundo Schwarcz (2012, p. 36): “prisões por gatunagem, ladroagem, desordem ou anarquismo revelam não só a vigência de termos até então pouco conhecidos como sinalizam a entrada de novas práticas de sociabilidade.”

A tão desejada República se constituiu a partir de um cenário não condizente com o sonhado por todos, de um lado, a modernidade aflora, trazendo consigo o progresso, através das mudanças urbanas que transformaram o cenário das grandes cidades como: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, atendendo aos interesses da elite burguesa e, de outro lado, milhares de brasileiros viviam em condições de miséria, sem expectativa

de melhoria de vida.

Apesar das mudanças ocorridas nas cidades, da vinda do desenvolvimento industrial, do modelo de vida francesa como inspiração para ascensão social da elite brasileira, Schwarcz (2012, p.42) alega que: “das últimas décadas do século XIX até 1930, o Brasil continuou a ser eminentemente agrícola”.

O progresso caminhava de forma bem acelerada e, se, às margens dele, havia o “mundo dos excluídos”, que sofriam as consequências do desenvolvimento, também no centro da urbanização, onde progressivamente a modernidade emergia, problemas sociais despontaram, trazendo consigo muita revolta por parte da população menos favorecida economicamente que buscou, na cidade em ascensão, a oportunidade de crescimento social e econômico.

Destacamos aqui duas grandes revoltas que marcaram o início do período republicano no Brasil. A primeira foi a Revolta da Vacina, em 1904, na Bahia, causada pela insatisfação do povo com a Lei de obrigatoriedade da vacinação e a péssima prestação de serviço público em relação às políticas de higiene e saúde popular. A segunda foi a Revolta da Chibata, em 1910, no Rio de Janeiro, que consistiu em um motim contra as chibatadas que oficiais brancos navais davam aos marinheiros negros e mulatos.

Foi num cenário de contradições sociais, econômicas, culturais e políticas que o Brasil despontou para a República, para o progresso inevitável, para a construção do ideário de igualdade de oportunidades para todos, para o sonho de se construir uma nação inclusiva. Porém nem tudo foi como se sonhou, a exclusão social ganhou força, o racismo eclodiu no final do século XIX, a pobreza aumentou e o povo temeu pelo futuro:

A palavra República traz consigo, desde pelo menos fins do século XVIII, a ideia de igualdade, todavia uma República não precisa do princípio da igualdade entre as pessoas para existir. Para o período abordado o entendimento do que deveria ser a igualdade era algo extremamente ambíguo. Era recorrente tomar que a igualdade só valeria para as pessoas admitidas como iguais. Tal maneira de entender a igualdade alimentava o debate acerca de quem poderia a ser admitido no mundo dos iguais. (COSTA, 2015, p.09).

Foi a partir desse clima republicano que a construção da reforma educacional surge como elemento capaz de promover à transformação social do país, dando àqueles excluídos da modernidade, a oportunidade de ingressar em um mundo que começa a estreitar as relações sociais, políticas e econômicas entre as nações.

Durante o período da Primeira República (1889-1930), no Brasil, ocorreram diversas reformas no que tange à educação, como: “a Reforma Benjamin Constant (1890); Código Epiácio Pessoa (1901); Reforma Rivadávia Correa (1911); Reforma Carlos Maximiliano (1915); Reforma João Luiz Alves/ Rocha Vaz (1925)” (FILHO, 2005, p.1), priorizando as diretrizes educacionais, voltadas para as Escolas secundárias e o Ensino Superior, destinadas à classe dominante, pois somente filhos dos detentores do poder poderiam exercer cargos de chefia. Ficavam os submissos, os dominados à mercê de uma educação

que os adaptava para ser a mão de obra necessária ao crescimento da economia. Favorecendo o interesse da elite, o período republicano permaneceu sem alterar suas bases educacionais, reforçando o poder social e político da classe dominante, aumentando cada vez mais as desigualdades sociais. Patto (2015) ressalta que a política desse período não deixou de ser autoritária e elitizada, assim, destaca:

O período de 1889 a 1930 foi de vigência de uma República oligárquica; arranjos de bastidores e a manipulação do voto pelas elites dirigentes garantiram o domínio dos coronéis e transformavam o princípio do “governo do povo, pelo povo e para o povo”, inscrito na primeira Constituição da República, num claro indicador de que a “comédia ideológica”, iniciada no Império, continuava. Portanto, embora o conjunto de princípios que justificaram a instalação desse período fosse de natureza democrático-liberal, sua política tinha um caráter notoriamente autoritário e elitista e suas semelhanças com o Império eram maiores do que um exame pouco atento poderia sugerir. Por isso Nagle sente-se autorizado a concluir que “com o novo regime, não houve alteração profunda na estrutura da sociedade brasileira” (1974:281). (PATTO, 2015, p. 79 – 80).

A falta de valorização e investimentos na educação primária acabou por deixar a grande massa popular na condição de iletrados, sem nenhum acesso ao conhecimento. Patto (2015, p. 80) expõe que: “em 1930, ano do ocaso da Primeira República, o crescimento da rede pública de ensino era inexpressivo em comparação com as estatísticas referentes ao Império e o país possuía cerca de 75% de analfabetos.” De acordo com Sodré (2019), com o desenvolvimento do capitalismo, surgiu a necessidade de redução do analfabetismo, pois, mesmo para o trabalho físico, se fazia necessário ter o mínimo de saber escolar que garantisse ao indivíduo ler e fazer contas.

O analfabetismo em massa ficou relegado às multidões do chamado mundo subdesenvolvido, sendo uma de suas características. No Brasil, a redução da altíssima taxa de analfabetismo teve início e se acelerou, realmente, com o desenvolvimento das relações capitalistas; ela continua ainda alta nas zonas do interior, em que aquelas relações não chegaram ou não liquidaram as pré-capitalistas lá reinantes. (SODRÉ, 2019, p.198)

A partir do Ato Constitucional de 1834 - também conhecido como Ato Adicional, houve alterações e adições na Constituição Política do Império, favorecendo a ampliação das reformas liberais, dando, aos deputados da legislatura de 1834-1837, o direito de alterar a Carta Magna -, ocorreu a descentralização da educação no Brasil e, assim, as províncias assumem as responsabilidades perante a educação primária e média, entretanto a falta de recursos para investir na educação as impossibilitou de cumprir seu papel. Assim: “o total abandono destes níveis educacionais abriu caminho para que particulares assumissem o nível médio, o que contribuiu ainda mais para a alta seletividade e o elitismo educacional.” (RIBEIRO, 1993, p.02).

As reformas educacionais foram influenciadas por duas correntes filosóficas: o positivismo e o pensamento liberal. É a corrente do pensamento liberal que, fundamentada

na igualdade de direitos e oportunidades, faz nascer no seio da sociedade brasileira o princípio de educação para todos, pois levanta a bandeira da necessidade de acabar com os privilégios, de respeitar a individualidade das pessoas e de defender a educação universal.

Através do pensamento liberal, se constitui o movimento da Escola Nova, que propõe uma educação diferenciada, capaz de se reinventar para promover mudanças significativas na sociedade. Entretanto, esse movimento encontrou resistência por parte daqueles que defendiam a pedagogia tradicional e não viam com bons olhos as reformas propostas pelos escolanovistas.

Saviani (2021), defensor da pedagogia tradicional, ao criticar os liberais, aponta que eles, ao se posicionarem contrários aos métodos tradicionais de ensino, acabam por pregarem uma falsa ideia sobre o ensino tradicional, quando o colocam como medieval e pré-científico e, portanto, inadequado à sociedade que se transformou com a Revolução Industrial, e defende a ideia de que:

[...] essa crença que a Escola Nova propaga é uma crença totalmente falsa. Com efeito, o chamado ensino tradicional, que predomina ainda hoje nas escolas, constituiu-se após a Revolução Industrial e implantou-se nos chamados sistemas nacionais de ensino, configurando amplas redes oficiais, criadas a partir de meados do século XIX, no momento em que, consolidado o poder burguês, aciona-se a escola redentora da humanidade, universal, gratuita e obrigatória como instrumento de consolidação da ordem democrática. (SAVIANI, 2021, p. 35).

É a partir das mudanças na estrutura social brasileira, quando o desenvolvimento econômico se centra no processo de industrialização do país, que a educação começa a sofrer modificações significativas com o objetivo de atender às necessidades do mercado de trabalho. Preparar mão de obra qualificada para atuar nas indústrias é agora fator primordial. Os carentes de privilégios que vivem as margens da pobreza precisam estar preparados para o trabalho pesado, pois os filhos da elite brasileira foram preparados para administrar.

A educação brasileira se construiu num cenário repleto de ações excludentes, discriminatórias e preconceituosas, onde os menos favorecidos são aqueles que compõem a base da pirâmide social e são responsáveis pelo trabalho árduo que garante a execução das tarefas que favorecem o crescimento econômico do país.

Patto (2015, p. 78) destaca que, apesar das ideias liberais já se fazerem presentes no período imperial, será no período republicano que esse pensamento vai se difundir e se articular no país. E é nesse período que “criam-se as condições para que a distribuição social dos indivíduos seja pautada apenas por suas *aptidões naturais*.” Assim:

Não por acaso, portanto, à entrada do ideário político liberal no país, corresponde, pouco depois, o ingresso de sua contrapartida científica, a *psicologia das diferenças individuais* que, aliada aos princípios da Escola Nova, transplantou para os grandes centros urbanos brasileiros a preocupação

em medir essas diferenças e implantar uma escola que as levasse em consideração. (PATTO, 2015, p. 78).

Ao longo da história educacional brasileira, as práticas pedagógicas foram direcionadas para os interesses do Estado que, por sua vez, sob a necessidade de manter o domínio da grande massa populacional, conteve os avanços educacionais para garantir a submissão dos marginalizados e excluídos e manter sob controle o mecanismo de poder do Estado e da elite.

Famílias de baixo poder aquisitivo, negros, mulheres, índios, pessoas com deficiência e tantos outros grupos sociais marginalizados pela elite dominante viveram durante séculos sob o total controle da máquina estatal.

Segundo Rocha (2004), o Período Republicano no Brasil depara-se com a falta de preparo para o “fazer político”, o que revela um cenário precário no que tange às tomadas de decisão. Nasce, nesse contexto, a preocupação com a falta de instrução e despreparo do povo para com o exercício da cidadania.

É num total desprezo pelo ensino primário, pela educação da grande massa popular que o Brasil termina o Período Imperial e inicia o Período Republicano que traz a educação como fator primordial para as mudanças e desenvolvimento do país e, no transcorrer da Primeira República, a educação popular ganha força sob a justificativa da necessidade de formar cidadãos e promover o desenvolvimento social e econômico.

Na primeira República, as desigualdades sociais, a violência, a pobreza e o racismo levaram à formação de movimentos sociais que foram responsáveis por várias revoltas que marcaram a República Velha, tais como a Guerra de Canudos, a Guerra do Contestado, a Revolta da Vacina e a Revolta da Chibata. Esse momento marcante de nossa história demonstra a insatisfação popular e a disposição dela para lutar em prol de seus direitos.

Nesse cenário de desprezo e desvalorização da grande massa do povo brasileiro, a escola adota um sistema de seleção excludente, “retirando da escola, através de testes, crianças que, por problemas de déficit intelectual ou de outra natureza, fossem consideradas inaptas”. (SOUZA, p. 04, 1998).

Em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova ressalta a importância de renovação da educação brasileira, trazendo novas ideias, transferindo os problemas educacionais para o campo político-social e não mais de ordem administrativa, combatendo a segregação social presente no âmbito educacional. O Manifesto ressalta:

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva e importância a gravidade da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e a iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade. (Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, 1932, p.01)

A República Velha foi o palco inicial da luta dos movimentos sociais que perdura até a atualidade, sob a bandeira do combate à segregação, ao preconceito, à discriminação. O ideário de uma sociedade mais justa e igualitária é até hoje o alvo dos movimentos sociais.

De acordo com Patto (2015), os escolanovistas centraram suas preocupações no desenvolvimento das práticas pedagógicas que tinham a finalidade de desenvolver o potencial humano e foi, através de interesses em comum com a psicologia do séc. XVIII, que surge a parceria entre educação e psicologia na Primeira República:

Da mesma forma, a psicologia que se fazia desde o século XVIII até pouco depois da metade do século seguinte não dava mostras de preocupação com as diferenças individuais, detendo-se no estudo do indivíduo somente enquanto meio para estudar os princípios gerais através dos quais os processos mentais complexos se constituíam a partir de processos sensoriais simples. Assim uma psicologia voltada para decifração da natureza da mente humana e uma pedagogia que se propunha a ensinar levando em conta essa natureza encontraram-se na constituição de uma primeira relação de complementariedade entre essas duas áreas da ciência, que não passava pela atribuição do fracasso escolar a causas situadas no aluno ou nos chamados fatores extraescolares. (PATTO, 2015, p. 84).

A hierarquia material e cultural exerce seu poder na sociedade e, diante das desigualdades que se estabelecem entre as classes sociais, surgem diversos grupos que lutam pela igualdade de oportunidades para todos. Nesta perspectiva, o Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova, em 1932, visava propor mudanças na educação brasileira que promovessem uma renovação na estrutura social, criando um sistema educacional mais igualitário.

Apesar de os republicanos levantarem questões referentes às desigualdades sociais, como a diferença econômica e cultural entre as classes sociais, todo o processo de transição do Império para a República foi vivenciado pela classe que detinha o poder, e a maioria da população brasileira ficou às margens, alheia a todo esse processo.

Nos primórdios da história da educação brasileira, no período colonial, a discriminação e exclusão daqueles pertencentes às classes populares, por parte da elite aristocrata era bem demarcada, colocando cada grupo social no lugar que deveria ocupar. Sem perspectiva de avanço no campo social, cultural e econômico, os menos favorecidos, tais como índios, negros e filhos de colonos, eram submetidos a uma educação elementar que os preparasse para atender as necessidades da aristocracia:

Uma sociedade latifundiária, escravocrata e aristocrata, sustentada por uma economia agrícola e rudimentar, não necessitava de pessoas letradas e nem de muitos para governar, mas sim de uma massa iletrada e submissa... A educação média era totalmente voltada para os homens da classe dominante, exceto as mulheres e os filhos primogênitos, já que estes últimos cuidariam dos negócios do pai. A educação superior na colônia era exclusivamente para os filhos dos aristocratas que quisessem ingressar na classe sacerdotal; os demais estudariam na Europa, na Universidade de Coimbra. Estes seriam os futuros letrados, os que voltariam ao Brasil para administrá-lo. (RIBEIRO,

O avanço da mineração no séc. XVIII contribuiu para mudanças sociais significativas, emergindo desse desenvolvimento a classe média, e o séc. XIX apresenta uma nova organização hierárquica. Essa mudança na estratificação social deu início a mudanças no campo educacional, criando possibilidades de avanço na escolarização da classe burguesa. Ribeiro (p. 2, 1993) ressalta que: “a pequena burguesia, classe emergente, desempenhou papel relevante, afirmando-se como classe reivindicadora e assim agiu sobre a educação escolarizada”. A República Velha foi caracterizada por diversas reformas no campo educacional, conforme mencionado anteriormente:

A tradição escolar centrada nos interesses da elite dominante deixava transparecer todo um processo de exclusão, discriminação e preconceito, através da não aceitação das diferenças, da condição do professor como detentor do saber e da condição do aluno como ser passivo e possível de ser moldado de acordo com os preceitos da educação europeia.

Segundo uma expressão corrente no início do século, os professores “desasnavam crianças”. Pois a escola esteve ligada a uma tradição, talvez inconsciente de si mesma, que considerava as crianças e adolescentes como seres incompletos, que deveriam ser arrancados à natureza, civilizados, seres que é preciso colocar de pé, endireitar. (SOUZA, 1998, p. 05).

A escola surge na sociedade com o objetivo de transmitir saberes, desenvolver habilidades e competências, a fim de capacitar os alunos para o exercício da cidadania e inserção no mercado de trabalho. Traz, em seu cerne, o conservadorismo da elite e reproduz os padrões culturais dela. Nesta visão, o professor é o detentor do conhecimento. A escola, neste contexto, carrega em si uma rigidez que impossibilita a construção do pensamento crítico-reflexivo. Freire (2005, p. 66) classifica a pedagogia empregada pela escola conservadora como sendo uma educação “bancária”. Nela, “o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem”. Freire defende a escola libertadora, como sendo a forma de educar mais justa e humana, capaz de reduzir a desigualdade escolar. Entretanto Bourdieu (2015) aponta o fato de que, por trás de uma ideologia de escola libertadora, também existe um sistema escolar que reproduz as desigualdades sociais.

No período da República Velha, as diferenças culturais eram bem demarcadas no cenário educacional, nessa época, a cultura europeia era tida como cultura da civilização, e todas as outras estavam abaixo dela e, portanto, deveriam ser desconsideradas:

A manutenção de uma tradição do ensino que procedia da Igreja e de várias correntes do humanismo, dos ideais que informaram a escola do Estado, leiga e gratuita, acabaram por instaurar na escola uma cultura que mantinha certa distância da cultura dos diferentes grupos sociais. Assim desde o *Manifesto dos Pioneiros*, a crítica atingia exatamente a esse caráter “livresco” da cultura escolar. Porém nada menos “burguês” do que despreocupação da escola tradicional com a utilidade dos conhecimentos, nada menos prático do que colocar no topo da pirâmide disciplinar, os conhecimentos mais abstratos e

formais. (SOUZA, 1998, p. 06).

Os liberais republicanos se inspiraram na ideologia positivista para promover o desenvolvimento educacional no Brasil, com o intuito de avançar o país no campo educacional. O surgimento dos Grupos Escolares mudou a educação brasileira, conforme aponta Clark (2006):

À implantação dos Grupos Escolares alterou o curso de história do ensino público primário no país, através de seus projetos de organização curricular e administrativa, a criação dessa modalidade de ensino, apresentava um ensino seriado onde os alunos eram distribuídos homoganeamente sob a orientação de um só professor, cujo método seguido era o intuitivo. Isso criou novas relações de poder dentro das escolas, e a partir de 1894, se criava também o cargo de diretor escolar, além disso, renovou os saberes escolares, sendo também proposto uma nova estrutura arquitetônica, construída especificamente para esse fim. (CLARK, 2006, p.06).

Apesar das mudanças significativas na educação brasileira, o período republicano, principalmente depois do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), que foi um movimento de extrema importância para a reestruturação da educação no Brasil, que se posicionou em defesa uma educação para todos, a educação brasileira ainda permaneceu marcada pelas desigualdades sociais, promovendo a discriminação das classes desfavorecidas social, cultural e economicamente no âmbito das instituições de ensino.

3 I CONCLUSÃO

A chegada da República trouxe consigo a transformação urbanística, o desenvolvimento industrial, um novo olhar para o mundo e muitos problemas de ordem social, econômica e política que se agravaram com a modernidade. Tal ambiente cominou em muitas revoltas, manifestações e lutas por parte de movimentos sociais que reivindicavam melhores condições de vida para a população excluída.

A educação passou a ser vista como o meio capacitado para gerir as mudanças necessárias para promoção da classe desfavorecida. Vários intelectuais como Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Cecília Meireles se articularam para elaborar o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que trazia a proposta de uma escola mais humanizada e justa, contrapondo-se aos métodos tradicionais de ensino.

No jogo de poder entre conservadores e liberais, cada grupo discorria seus argumentos em defesa de seus interesses, assim, a partir de protestos e lutas, geraram muitas ações e reações, ora favoráveis, ora desfavoráveis, instaurando “um cabo de guerra” no campo político e social, onde, de um lado, havia o interesse na exclusão social dos desfavorecidos para o bem do progresso e, do outro lado, o interesse em promover o progresso de forma a atingir toda nação brasileira a partir da inclusão social. Esse embate demonstrou toda a insatisfação da maioria do povo brasileiro pelo desenho e implementação

das políticas públicas do século XIX, no campo educacional, econômico e social.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando et al. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**, Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p. 188-204, ago. 2006 – ISSN: 1676-2584. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1044145/mod_resource/content/1/3.Manifesto%20dos%20Pioneiros%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 30/07/2019.

BRASIL. **Ato Adicional**. Arquivo Nacional MAPA (Memória da Administração Pública Brasileira). Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/258-ato-adicional>. Acesso em: 25/09/2021.

BRITO, Luiz F. de M., O Futuro do Brasil. **Gazeta da Tarde**. Rio de Janeiro. anno X, n. 310, 15 nov. 1889, p. 01. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/226688/per226688_1889_00310.pdf. Acesso em: 09/01/2022.

CLARK, Jorge U. **A Primeira República, as Escolas Graduas e o ideário do Iluminismo no campo da história da Educação**. In: Vinte anos de Histedbr, 2006, Campinas. Vinte anos de Histedbr, 2006. v. cd-roo. p. 1-7. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_primeira_republica_intro.html#_ftn1. Acesso em: 30/07/2019.

COSTA, Hilton. **1891: Escravidão, Liberdade, Privilégios e Tradição**. 2015. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/8encontro/Textos8/hiltoncosta.pdf>. Acesso em: 12/01/2022.

FILHO, João Cardoso. P. **A República e a Educação no Brasil: Primeira República (1889-1930)**. Unesp. p. 49-60, 2005. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/106/3/01d06t04.pdf>. Acesso em: 30/07/2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 47ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GAGLIARDI, Juliana; CASTRO, Celso. **Revolta da Vacina**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLTA%20DA%20VACINA.pdf>. Acesso em: 12/01/2022.

MAESTRI, Mário. **A Revolta da Chibata faz cem anos**. Antíteses, v. 3, n. esp. p. 24-38, dez. 2010. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/9684/8530>. Acesso em: 12/01/2022.

MONARCHA, C. **Brasil arcaico, Escola Nova: Ciência, técnica e utopia nos anos 1920 – 1930**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

PATTO, Maria H. S. **A Produção do Fracasso Escolar – Histórias de Submissão e Rebeldia**. 4ª ed., revista e aumentada – São Paulo: Intermeios, 2015.

PESTANA, Rangel, MORAES, Prudente. Glorioso Centenário da Grande Revolução – Proclamação República Brasileira. **A Província de São Paulo**. São Paulo. 15 nov. 1889, p.01. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/publicados/1889/11/16/g/18891116-4373-nac-0002-999-2-not-hgepehq.jpg>. Acesso em: 09/01/2021.

RIBEIRO, Paulo R. M. **História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103863X1993000100003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 30/07/2019.

ROCHA, Marlos B. M. **Matrizes da Modernidade Republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados: Brasília, DF: Editora Plano, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **A Origem da Desigualdade (1754)**. Tradução: Maria Lacerda de Moura. Edição: Rovendo Castigat Mores. Versão para eBook – eBooksBrasil.com. Fonte Digital: www.jahr.org.

SCHWARCZ, Lilian M. **Abertura para o mundo: 1889 – 1930**, v.3, coord. Lilian Moritz Schwarcz – Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (História do Brasil Nação: 1808 – 2010; 3).

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 44^a ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

SODRÉ, Nelson W. **Desenvolvimento Brasileiro e a Luta pela Cultura Nacional**. 2^a ed. – Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2019.

SOUZA, Maria C. C. C. **À sombra do fracasso escolar: a psicologia e as práticas pedagógicas**. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71281998000200009. Acesso em: 30/07/2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescente 21, 28, 32, 40, 42, 43, 46, 48, 52, 64, 65, 67

Altas habilidades 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186

Aprendizagem 9, 12, 13, 14, 49, 52, 55, 57, 58, 61, 80, 84, 87, 91, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 109, 122, 128, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 158, 161, 163, 171, 172, 176, 190, 193

Artes visuais 86, 87, 88, 89, 92, 95, 96, 97

Avaliação 13, 26, 32, 36, 60, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 92, 100, 140, 143, 144, 146

B

Bloques de base diez 128, 129, 130, 132, 133, 135, 136, 137

C

Comparaciones internacionales 203, 208

Comunicación educativa 1, 3, 6, 7

Contos 187, 188, 191, 192, 193, 194, 195, 196

D

Desigualdades sociales 203, 204, 205, 206, 207, 208

Diretrizes da educação 179, 181

E

Economia popular e solidária 166, 167, 168, 172, 173, 174, 175, 176, 177

Educação 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 21, 23, 25, 28, 31, 34, 37, 38, 40, 41, 47, 50, 51, 52, 54, 55, 62, 64, 66, 67, 68, 72, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 140, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 157, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 190, 191, 195, 212, 213, 217, 218

Educação de jovens e adultos 8, 9, 11, 15, 17, 18, 107

Educação empreendedora 166, 167, 168, 171, 172, 177

Educação especial 8, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186

Educação física 50, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127

Educação superior 54, 76, 77, 80, 81, 82, 84, 85, 115

Enade 76, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 85

Ensino 1, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 36, 38, 40, 41, 43, 49, 50, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 64, 65, 66, 68, 69, 75, 77, 78, 79,

80, 81, 82, 83, 84, 87, 88, 89, 91, 92, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 109, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 141, 142, 143, 145, 147, 148, 149, 150, 156, 157, 158, 159, 160, 163, 165, 167, 171, 172, 176, 182, 183, 184, 190, 191, 193, 195, 212, 217, 218

Ensino de ciências 8, 64, 218

Ensino fundamental 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 33, 40, 43, 64, 65, 66, 68, 69, 75, 92, 148, 149, 150, 156, 182, 184, 193, 217

Ensino médio 1, 14, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 32, 33, 36, 38, 40, 43, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 148, 150, 156, 159, 160, 167

Ensino médio integrado 120, 121, 122, 125, 126, 127

Escola 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 23, 25, 26, 28, 31, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 78, 89, 90, 92, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 109, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 143, 145, 146, 149, 150, 158, 159, 160, 164, 166, 167, 168, 170, 171, 175, 176, 182, 184, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195

Escolha 11, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 69, 72, 82, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 107, 121, 154

Escolha profissional 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 37, 38

Evasão 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 49, 84, 149, 158, 161, 163

F

Fondos de conocimiento 128, 131

Formação 12, 13, 14, 15, 16, 17, 23, 25, 32, 38, 41, 43, 50, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 62, 67, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 114, 120, 121, 122, 123, 125, 127, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 152, 153, 158, 165, 168, 172, 175, 176, 183, 184, 185, 189, 190, 191, 195, 218

G

Gênero 28, 88, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 189

Gestão 2, 8, 13, 23, 36, 39, 41, 48, 50, 51, 53, 57, 61, 62, 81, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 143, 174, 178

I

IFBA 120, 121, 122, 125, 126

Indumentária 146, 148, 150, 158, 162, 165

Inserción de los jóvenes 203

J

jovens em conflito com a lei 39, 41, 48

L

Lendas 187, 191, 193, 198, 199

Licenciatura 53, 76, 77, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 95, 96, 99, 218

Literatura 20, 21, 24, 27, 35, 37, 120, 122, 141, 148, 149, 150, 166, 181, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 195, 208

M

Matemática 8, 128, 129, 130, 131, 132, 136, 137, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 162, 163, 164, 165, 218

Mediação tecnológica 1

Metacognição 128

Mitos 67, 183, 185, 187, 191, 193, 194

Modelagem matemática 146, 147, 148, 149, 158, 165

Mobilidade social 203, 204, 209

N

Narrativas da tradição oral 187, 189, 190, 191, 193, 194, 195

Neoliberalismo 166, 168, 177, 178

Números decimais 128, 129, 130, 132, 133, 134, 137

O

Orientação profissional 20, 21, 22, 23, 24, 26, 33, 35, 36, 37

P

Permanência 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 17, 44, 105

Pesquisa investigativa 64, 65

Políticas do saber 86

Projetos 18, 24, 25, 28, 36, 50, 79, 94, 100, 117, 146, 163, 164, 167, 175, 176

Psicologia sócio-histórica 20, 21

Q

Qualidade 13, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 90, 100, 102, 105, 106, 107, 123, 148, 156, 163, 180, 185, 195, 213

R

Redes sociales 1, 2, 5, 6

Rendimiento de los diplomas 203

Representaciones conflictivas 128

Representaciones múltiples 128

Reproducción social 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209

República 41, 77, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118

S

Sexualidade 49, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 120, 125, 126, 127

Silvio Duarte Bock 20, 21

Sociedade 12, 13, 14, 16, 17, 20, 21, 28, 33, 35, 40, 42, 43, 49, 50, 75, 79, 81, 82, 85, 88, 96, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 123, 124, 125, 147, 151, 154, 165, 169, 172, 175, 176, 179, 185, 190, 194, 195, 198, 212

Socioeducação 39, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 51, 52

Superdotação 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186

T

Teoria-prática 54, 55, 56, 61

Terapia ocupacional 54, 55, 56, 62, 63

TIC 7

U

Unidade de internação 39, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES

4

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES

4

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br